



**O “ESTADUAL DE SAPIRANGA/RS” NAS MEMÓRIAS DE NORMALISTAS
(1963-1972)**

**THE “ESTADUAL DE SAPIRANGA/RS” THE MEMORIES OF NORMALISTAS
(1963-1972)**

José Edimar de Souza*

Resumo: O Instituto Estadual de Educação de Sapiranga, situado na grande Porto Alegre, capital do Estado brasileiro do Rio Grande do Sul; dentre os seus cursos de Ensino Médio, oferece a possibilidade de formação no Curso Normal. A história da escola iniciou na década de 1930, com a implantação do Grupo Escolar. Em 1955, com a emancipação do município, o Curso Ginásial é implantado e, na década de 1960, o Curso Normal. Neste sentido, o estudo analisa memórias de alunas do Curso Normal e sua relação com o processo formativo construído, a constituição de uma identidade docente. A perspectiva teórica sustenta-se na História Cultural, a e a metodologia da história oral. As memórias, passivas de lembranças e de esquecimentos, não sendo a história, são constituídas por vestígios deixados pelo passado e de que também se vale o historiador para compor e construir suas análises. As alunas rememoram a importância dos conhecimentos apreendidos na trajetória escolar, à época uma formação diferenciada dos demais cursos secundários.

Palavras-chave: Escola Normal. Memória. Ensino Secundário.

Abstract: The State Institute of Educational Sapiranga, located at the Porto Alegre, Brazilian state capital of Rio Grande do Sul; among his high school courses, it offers the possibility of training in the Ordinary Course. The school's history began in the 1930s, with the implementation of the School Group. In 1955s, with the municipality's emancipation, the secondary school is located and, in the 1960s, the Ordinary Course. In this sense, the study examines Normal Course students memories and their relationship with the training process built, the formation of a professional identity. The theoretical perspective is based on cultural history, and the methodology of oral history. The memories, passive memories and forgetfulness, not being the story, consist of traces left by the past and that is also worth the historian to compose and build their analysis. The students recall the importance of the knowledge learned in school history at the time a differentiated formation of other secondary courses.

Keyword: Normal school. Memory. High school.

* Graduado em História. Mestre, doutor e pós-doutor em Educação- UNISINOS. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul /RS. E-mail: profedimar@gmail.com



Introdução

No curso de Magistério terá 13 turmas na parte da manhã e mais duas na tarde, com uma média de 38 estudantes por sala. Devido a este curriculum só haver em escolas particulares, a procura aqui é muito grande, porque Sapiranga é a única cidade da região que possui este curso a nível estadual, sendo que daí acolhe alunos de Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Nova Hartz, Dois Irmãos e Morro Reuter (Jornal JS, 12/03/1996, p. 6)

Escrever sobre o “Estadual de Sapiranga” é uma possibilidade de refletir sobre nossa prática, aquela que no curso de uma trajetória profissional viemos construindo. Quinze era o número de turmas de primeiro ano de Magistério, na ocasião em que iniciei em Sapiranga, meu processo formativo como professor. Como argumenta Certeau (2011c), a historiografia é resultado da articulação entre um lugar, uma prática e uma escrita. Portanto, investigar em História é uma prática que, no processo de construção, exige uma postura questionadora, ou seja, a escrita da história “[...] é pertinente quando a prática histórica torna-se o lugar de um questionamento; [...] que, efetivamente, se formulam no decorrer de um procedimento científico na área de história” (CERTEAU, 2011a, p. 163).

Catani (1997, p. 34) argumenta que “as concepções sobre as práticas docentes não se formam a partir do momento em que os alunos e professores entram em contato com as teorias pedagógicas, mas encontram-se enraizadas em contextos e histórias individuais [...]”. Estas concepções são construídas no decorrer da história de cada sujeito, pelas suas vivências, experiências que acumula.

E novamente recorremos a Certeau (2011b), quando o teórico argumenta ser pela operação historiográfica da escrita que se caracteriza o modo como os sujeitos administram as práticas, a forma como agem em “território alheio”, apropriando-se, produzindo saberes e contextualizando as diferenças que traduzem a produção de uma lógica agregativa, identitária, de pertença. Nesse sentido, é pertinente questionar: como a experiência formativa contribui para constituição de uma identidade de pertencimento? Em que contexto e como foi instituído o curso de Magistério em Sapiranga?

O Estadual de Sapiranga é parte das memórias que compõe itinerários formativos não apenas dos sujeitos que constituem este estudo, sobretudo, caracterizam uma inteira relação entre a trajetória do investigador. As memórias dos sujeitos entrecruzam elementos que



possibilitam construir uma história para os primeiros tempos do Curso de Magistério, identificado como Curso Normal.

O Instituto Estadual de Educação Sapiroanga (IEES)¹, mais conhecido pela comunidade na qual está inserida, pela expressão Estadual de Sapiroanga, apresenta uma trajetória institucional que agrega diferentes formas de organização e oferta do ensino público, desde sua fundação, na década de 1930. Mas foi, no início da década de 1960, com a implantação dos cursos de nível médio, como o Curso Normal, que a história deste educandário associa expressivo repertório de memórias nos diferentes grupos sociais do Vale dos Sinos².

A memória é aqui analisada na sua perspectiva coletiva constituída por lembranças do passado que transcendem a individualidade e é compartilhada socialmente no domínio da vida comum. Encontra-se ancorada na história individual e vai emergindo à medida que são feitos os encadeamentos e as relações do que é manifestado nas lembranças. A memória torna-se, portanto, o caminho pelo qual a existência retorna, esculpindo a história.

As memórias analisadas neste trabalho compreendem diferentes naturezas documentais. O conjunto da empiria investigada decorre de consulta a Acervos do Arquivo do IEES; Acervos do Arquivo do Museu Municipal Adolfo Evaldo Lindenmeyer (AMMAEL) e do Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Sapiroanga Edwin Kuwer (ABPMSEK), de Sapiroanga e das entrevistas orais realizadas com duas ex-alunas, professoras aposentadas, Renilda Adi Gerhardt e Anabela Santos Henz³.

A professora Renilda nasceu em 1940, é natural de Campo Bom e sua trajetória profissional se desenvolveu neste município. A professora Anabela nasceu em 1954, é natural de Sapiroanga, onde também desenvolveu a maior parte da sua trajetória profissional. É importante destacar que este texto não tem a pretensão de construir a trajetória profissional destas professoras⁴, mas valer-se de memórias associadas ao momento em que Renilda e

¹ Essa denominação foi autorizada pela Portaria 00107, de 14 de abril de 2000 (ACERVO IEES).

² O Vale dos Sinos é constituído pelos seguintes municípios: Araricá; Campo Bom; Canoas; Dois Irmãos; Estância Velha; Esteio; Ivoti; Nova Hartz; Nova Santa Rita; Novo Hamburgo; Portão; Parobé; São Leopoldo; Sapiroanga; Sapucaia do Sul e Taquara (SOUZA, 2011).

³ Os sujeitos desta pesquisa são identificados, pois os mesmos assim optaram e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Estas professoras foram indicadas pela coordenadora do curso Normal, professora Edi Auler.

⁴ Embora não seja abordado a construção da trajetória formativa destas professoras, entendemos que ao revisitar o passado à luz do presente, a experiência formativa destas professoras são influências no modo como elaboram a narrativa das lembranças trazidas pela memória. Nesse sentido, é importante destacar que no contexto da formação escolarizada, a professora Renilda, inicialmente realizou o curso de Técnica em Contabilidade e posteriormente o Curso Normal. A professora Anabela, após conclusão do Curso Normal, graduou-se em Pedagogia – Supervisão Escolar e possui Especialização em Metodologia, Métodos e Técnicas em Ensino.

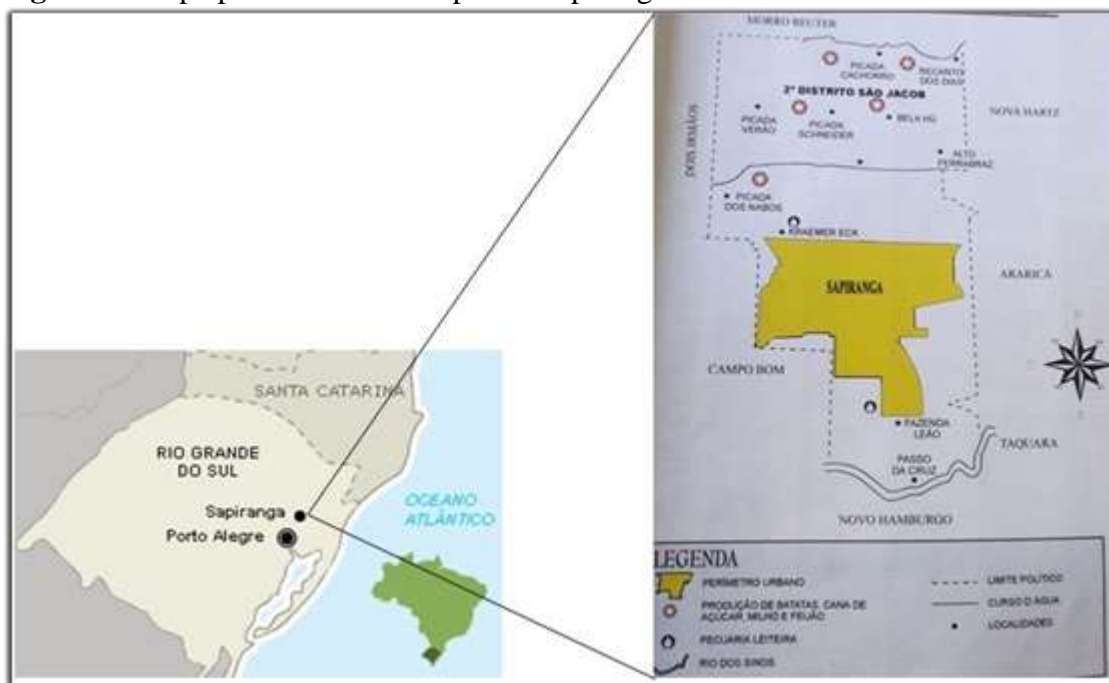


Anabela foram alunas do Estadual de Saporanga, a primeira, entre 1963-1966 e a segunda, entre 1969-1972.

A professora Anabela é natural de Saporanga, onde também desenvolveu a maior parte da sua trajetória profissional. A trajetória escolar⁵ desta entrevistada relaciona-se com o Grupo Escolar e Ginásio Coronel Genuíno Sampaio, ou seja, ela foi aluna do Estadual de Saporanga, onde posteriormente, cursou o Curso Normal, sendo uma das formandas da penúltima turma antes da alteração do nome do curso proposta pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDBEN 5692/71.

O IEES está situado na região metropolitana, ou seja, Grande Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, como se observa no mapa da figura 1. A história da instituição está relacionada à colonização e imigração desta região, principalmente pela etnia alemã.

Figura 1- Mapa político do município de Saporanga no Rio Grande do Sul.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de SAPIRANGA (2001).

Saporanga foi distrito de São Leopoldo até 28 de fevereiro de 1955, ocasião da emancipação política do município, sendo uma das localidades pioneiras nesse processo ao lado de Novo Hamburgo, distrito emancipado em 1927. Nesse sentido, a história da escola

⁵ Formou-se em Pedagogia – supervisão escolar pela Universidade Feevale, bem como, realizou curso de especialização na área da educação.



não é muito diferente daquela desenvolvida nos demais espaços que constituíam a antiga Colônia de São Leopoldo.

Como de costume, a influência religiosa, principalmente aquela protestante e germânica, sugeria que ao lado de cada igreja deveria haver uma escola, em Saporanga esta situação se reproduziu também, no valor dado à educação pelas pessoas que se estabeleceram em diferentes localidades da região do Vale dos Sinos.

Dreher (1984) acrescenta que a escola expressava, nesse contexto, parte da identidade do grupo, no qual a germanidade se manifestava através da religiosidade, trazida pelos imigrantes da igreja luterana alemã e também da sua própria identidade étnica.

Em relação ao período em que o processo de escolarização se institui no município, especificamente sobre o ensino privado, há registros que nos auxiliam na compreensão da condução para a implantação do ensino público, portanto, gratuito. Esse aspecto, conforme Fleck (2001), Fernandes (2003,2005) e Gevehr (2015) começa a acontecer apenas no final da década de 1930 e se consolida na década de 1960, com implantação de outros cursos além do primário, como passamos a detalhar nas próximas seções. E nas primeiras décadas do século XX, o município de Saporanga encontrava-se em pleno processo de urbanização, bem como, de diversificação das suas atividades econômicas, com auge da indústria de calçados (GEVEHR, 2015).

Aspectos Teóricos e Metodológicos

A história é habitada por uma subjetividade inerente ao ser humano e, portanto, relativa ao historiador. Desse modo, pelo recorte espaço-temporal que faz e pelas relações que estabelece, atribui sentido, por vezes inédito às palavras escritas, às imagens e/ou às narrativas orais que arranca do silêncio dos arquivos ou das histórias orais. Esta prática “[...] reintroduz existências e singularidades no discurso histórico” (CHARTIER, 2002, p. 9). É nessa medida que a preocupação com a experiência humana; o comportamento; valores que são aceitos em uma sociedade e/ou que são rejeitados em outra, adquirem sentido pelas “lentes” do historiador, sendo assim o “[...] banco de memória da experiência. Teoricamente, o passado, todo o passado, toda e qualquer coisa que aconteceu até hoje, constitui a história” (HOBSBAWM, 2000, p. 37).

Este estudo, sustentado nos aportes teóricos construídos a partir de Chartier (2002) e Burke (2005), considera as práticas e representações dos sujeitos, um modo de caracterizar os



fenômenos sociais investigados, como a composição formativa da profissão docente. Para esses autores, o modo de agir e de referir-se a uma cultura institucionalizada evidencia-se nas práticas desempenhadas, em um coletivo de atitudes que envolvem os sujeitos e os objetos, esses constituem uma trajetória e representam um conjunto de aspectos institucionalizados.

Arlette Farge escreve que, na relação do historiador com seus arquivos, tudo começa com a descoberta, o momento em que "a palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real. Como se a prova do que foi o passado estivesse ali, enfim, definitiva e próxima" (FARGE, 2009, p. 18). As narrativas manuscritas, impressas ou registradas em documentos de diferentes naturezas evidenciam aspectos de um determinado espaço e tempo. É o exercício de escrita da história que possibilita problematizar, questionar, conduzir novas formas de olhar para os registros do passado.

A análise dos documentos que constituem os acervos do IEES: ofícios, decretos, fotografias, manuais e do acervo do AMMAEL: jornais JS; Fôlha de Sapiranga; O Ferrabraz; documentos relativos à Escola Normal Regional Coronel Genuíno Sampaio; Acervo da ABPMSEK são cotejados neste trabalho com as memórias de duas professoras normalistas cuja formação deu-se neste educandário.

A Memória entendida como documento, fornece ao historiador alguns indícios que permitem a produção de leituras do passado, do vivido pelos indivíduos, daquilo de que se lembram e esquecem a um só tempo. Segundo Amado (1995), as narrativas retratam um cenário que, ao trazer o passado até o presente, o recria à luz do presente, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro. Entendemos que a Memória é uma narrativa imaginada. Nesse sentido, as narrativas de memórias não guardam uma “verdade”, mas uma representação. Estas representações elucidam a importância, os sentidos, o modo como guardaram e/ou organizam narrativamente os fatos no tempo, no tempo lembrado!

Stephanou (2011) complementa afirmando que, o que lembramos/esquecemos não é uma realidade passada e ainda tangível, tampouco é acessível na imediatez da narrativa. Escrevemos e dizemos o que pensamos ter vivido, o que pensamos ter sentido, o que imaginamos ter experimentado. Nesse sentido, as memórias são organizadas por quem rememora, pelas escolhas e pelo tom de quem conta e o que se conta, velando ou evidenciando fatos, problematizando certezas até então conhecidas.

Quando evocado, o passado emerge pelas lentes do presente. Nesse caso, tanto o passado, quanto o presente sofre interferência. Dessa forma, entre a época em que teve lugar o



acontecimento evocado e o momento em que se dá a evocação, entre o tempo vivido, o lembrado e o narrado, o indivíduo amadureceu consideravelmente neste intervalo de tempo. É pela narração do tempo que os sujeitos “arrancam” do passado o que ainda sobrou da tradição, do costume ancestral. O passado não existe mais, pois ele é presentificado na narrativa, adquirindo as demarcações contemporâneas (NORA, 1993).

Halbwachs (2006) argumenta que nenhuma memória é possível fora dos contextos usados por pessoas vivendo em sociedade para determinar e recordar as suas lembranças. Para se recompor espaços e tempos na pesquisa histórica não basta apenas recuperar documentos e informações armazenadas, é necessário interrogar-se diante das fontes construídas ou materializadas, compondo um sentido para o passado revisitado.

A opção metodológica da História Oral se deve à possibilidade que a oralidade representa para elucidar trajetórias individuais, coletivas, eventos ou processos singulares, conferindo *status* de uma nova abordagem histórica. Para Amado e Ferreira (2002), na História Oral, o documento principal é a narrativa que, a partir de técnicas e pressupostos teóricos, é organizada pelo pesquisador; portanto, o rigor ético do historiador no tratamento, organização e construção das narrativas configura determinadas formas interpretativas para o trabalho histórico.

No momento da entrevista, as narrativas são eventos mediados pela natureza do contexto das lembranças. Ao exercitar a memória, o sujeito realiza uma seleção e constrói, narrativamente, uma forma de rememorações, aspectos que escolhe lembrar (ERRANTE, 2000). Isso implica em estabelecer negociações no contexto lembrado, prática que envolve a construção de um vínculo entre entrevistador e entrevistando e exige uma postura que inclui ouvir o todo, não apenas a narrativa que interessa para determinado estudo.

A entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. As narrativas ganharam vida na medida em que se iniciaram os diálogos entre entrevistador e entrevistado, observando que o entrevistador deve desenvolver a capacidade de ouvir atentamente e de estimular o fluxo de informações por parte do entrevistado.

A relevância histórica da utilização de fontes construídas pela memória está condicionada ao esforço teórico e metodológico produzido pelo pesquisador, nas escolhas que faz, pelas questões que elabora para poder fazer dizer sobre um tempo e uma experiência histórica, em síntese, fazer falar os documentos orais ou escritos. Nesse sentido, as memórias



trazidas pela voz dos sujeitos que viveram em um determinado tempo e espaço é documento construído e produzido pelo historiador.

O Ensino em Saporanga: os primeiros tempos do “Estadual”

No Brasil, é comum associar a história da escola primária com a história dos grupos escolares. A escola primária graduada foi implantada no sistema público, de modo inovador, no Estado de São Paulo, no início do período republicano brasileiro, passando a ser conhecida como grupo escolar (TEIVE; DALLABRIDA, 2011). Embora, boa parte da população brasileira tenha usufruído dessa modalidade escolar, a sua implementação, na primeira metade do século XX, não foi suficiente para substituir totalmente a prática do magistério nas escolas isoladas, que foi a forma privilegiada de ensino até a década de 1930, para a comunidade de Saporanga.

A trajetória institucional do Estadual de Saporanga está constituída por um processo de mudanças e alterações de sua designação, bem como de nomes que foram associados ao corpo institucional. É necessário esclarecer que não existe produção bibliográfica que trate deste assunto. No entanto, a pesquisadora e professora Dóris Fernandes⁶ é quem tem dedicado atenção alguns manuscritos e produções que circularam em jornais locais.

A história da escola está associada à história do Grupo Escolar de Saporanga⁷, fundado em 1934 e que posteriormente chamou-se Grupo Escolar Coronel Genuíno Sampaio. Até 1975, a instituição funcionou no prédio situado na Rua Carlos Biehl⁸, e mesmo que fosse uma residência particular, demonstra que era um destacado prédio na municipalidade, como se observa na fotografia da figura 2, uma fachada ampla e com identificação da instituição:

⁶ Mesmo não sendo uma produção acadêmica da área da história da educação, há elementos que nos auxiliam na compreensão do processo histórico de Saporanga nas pesquisas de mestrado e doutorado desta pesquisadora, como consta em Magalhães (2003).

⁷ O Grupo Escolar foi criado em 10 de fevereiro de 1934, através do decreto nº 5526, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, João Carlos Machado, no exercício da função de Interventor Federal. No final da década de 1930, o governador José Antônio Flores da Cunha denomina os grupos escolares para perpetuar nomes de personalidades ligadas ao desenvolvimento histórico ou educacional do Rio Grande do Sul. Através do decreto nº 6702 de 27 de agosto de 1937, passou a ser denominado Grupo Escolar Coronel Genuíno Sampaio, justificado por ser “bravo oficial do Exército, prestou relevantes serviços à Pátria pela qual sucumbiu em combate (D.O., 27 de agosto de 1937).” (INSTITUTO, 2011).

⁸ O prédio teria sido construído pelos arquitetos Alberto Schuck e Ernesto Biehl (SAPORANGA, 2001).



Figura 2 – Grupo Escolar de Saporanga (1950?).



Fonte: Acervo IEES.

A figura 2 apresenta a fachada principal da residência particular que abrigou tanto o Grupo Escolar, como posteriormente, o Ginásio e os Cursos Técnicos de Comércio e Normal Regional. Como em outras localidades do Vale dos Sinos, o número de escolas públicas existentes neste município não era suficiente para o número de alunos em idade escolar. Sabe-se que além de escolas públicas estaduais de ensino primário, até a década de 1950, havia também escolas particulares, mantidas pelas paróquias das comunidades: católica, evangélica luterana e evangélica luterana no Brasil. Em 1956⁹, a primeira escola pública primária municipal é construída – Grupo Escolar Municipal São Luiz.

Para Fernandes (2005), em 1956 o prédio que abrigava o Grupo Escolar Coronel Genuíno Sampaio passou a oferecer o Curso Ginásial¹⁰. Nesse sentido, na parte da manhã

⁹ De acordo com consulta realizada na Biblioteca Municipal projeto Reconstruindo nossa história, ver em Saporanga (2001).

¹⁰ Decreto Nº 6.749, de 22 de novembro de 1955, criou o Ginásio. Já a Portaria 512, de 12 de março de 1956 autoriza o funcionamento, porém as aulas iniciaram em 22 de abril de 1956. Em diferentes datas, nas matérias vinculadas à criação do curso ginásial no município, evidencia-se no discurso do prefeito, a possibilidade de oferta das quatro séries do curso ginásial. Contudo, de acordo com matéria publicada no Jornal O Ferrabraz, de 16 de março de 1956, o ginásio iniciou apenas com alunos de 1º e 2º ano.



funcionavam os cinco anos do curso primário do grupo e no turno da tarde as quatro séries do ginásial.

O ingresso no curso ginásial ocorria diante da aprovação nos exames de admissão, uma forma de reprimir a população que teria acesso aos graus mais elevados de escolarização. Souza (2008) argumenta que era uma forma de privilegiar o “seleto grupo social” que se valia da educação pública secundária para realizar a “reconversão do capital econômico em capital cultural”.

Souza (2008) e Ramos (2005) enfatizam que este currículo era enciclopédico, rígido e que supervalorizava o mérito individual. Desse modo, o ambiente escolar era de disciplina, respeito e “medo”, os alunos eram “preparados” para responderem de forma clara, objetiva, a experiência prática auxiliava, pois havia um clima de “austeridade” no ambiente escolar, no qual os alunos eram solicitados a responder adequadamente as lições, arguições orais e escritas.

Para Machado (2012), entre as décadas de 1930 e 1960 ocorreu a implantação de uma legislação específica, definindo o ensino normal como um dos ramos do sistema educacional. A reforma e transformação do país passaram necessariamente pela escola e, a redefinição da estrutura do ensino secundário foi indispensável para constituir uma mão-de-obra profissionalizada adequada ao novo cenário político, econômico e social que se definia.

A forma tradicional de organicidade do ensino secundário, mesmo diante das transformações que começaram a acontecer na década de 1940 permaneceram presentes no contexto das instituições escolares até a década de 1960. Em 1958, o curso ginásial passou a ser oferecido no período noturno. Além disso, passou a funcionar o Curso de comércio. Instalou-se a Escola Técnica de Comércio de Saporanga¹¹. Em 1962, o prédio que abrigava o grupo escolar e o ginásio estadual de Saporanga foi ampliado e implantou-se o Colégio Estadual de Saporanga. Nesse sentido, passou a funcionar o Curso Ginásial, Científico e Colegial ou o Clássico.

Com a ampliação do prédio, a instituição passou a abrigar outros cursos, como o Curso Normal Regional¹² de 1º Ciclo, autorizado pelo decreto nº 13.927 de 26 de julho de 1959. Em 1962, ocorreu autorização da oferta para a modalidade 2º Ciclo, inclusive o Curso Normal de

¹¹ Além de ser identificado como Colégio Comercial, também foi chamado de Escola Técnica Virgílio Cortese.

¹² O ensino secundário ou educação de grau médio, a partir da LDBEN 4024/61 estava organizado em dois ciclos: o ginásial e o colegial que abrangia, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.



2º Ciclo - decreto nº 14.363 de 19 de novembro de 1962 (INSTITUTO, 2001). Em 1969, o grupo escolar foi transformado em Escola primária de aplicação da Escola Normal “Coronel Genuíno Sampaio”, para as alunas normalistas e que atuavam em escolas da região funcionando até 1972.

Em 1972, com a nova LDBEN 5692/71, o ensino primário ficou com a Escola Estadual de 1º Grau Coronel Genuíno Sampaio e o ensino de 2º grau ficou com o Estadual de Sapiranga. Estas mudanças e realizações contaram com parcerias firmadas entre comunidade e com o governo municipal.

As aulas na Escola Normal Coronel Genuíno Sampaio: os primórdios do “Estadual de Sapiranga”

As escolas normais brasileiras foram criadas na época do Império, com o objetivo de preparar pessoal para viabilizar o projeto de expansão do ensino primário. A primeira foi a de Niterói, implantada em 1835. A institucionalização de um sistema de formação de professores no Brasil, na segunda metade do século XIX, foi um processo moroso e que apenas nos anos trinta, do século XX, apresenta práticas mais consistentes para atender à demanda social dos professores de primeiras letras. A década de 1880, no Rio Grande do Sul ficou marcada por mudanças constantes nas diretrizes e orientações sobre a Instrução Pública. De acordo com Schneider (1993), em 1881, um novo regulamento foi instituído, aspecto que repercutiu também na Escola Normal de Porto Alegre.

A história da Escola Normal no Rio Grande do Sul tem sido estudada por pesquisadores como Werle (2007), Tambara (2008) e Gonçalves (2013). A Escola Normal da capital gaúcha foi criada em abril de 1869, instituída pela Lei nº. 446, de 04 de janeiro de 1860, anexa ao Liceu de D. Afonso (TAMBARA, 2008). Desde sua instalação em Porto Alegre, posições políticas e técnicas caracterizaram o cenário turbulento da sua institucionalização. O mesmo autor ainda argumenta que divergências ideológicas e de estrutura curricular favoreceram para os inúmeros regulamentos¹³, que em curto período de tempo definiram uma proposta para formação de professores.

¹³ Para Tambara (2008), a Escola Normal foi reorganizada em 07/03/1877, em 04/02/1881 e foi suprimida pelo Decreto de 14/03/1901, que instituiu em seu lugar um colégio distrital na capital do Estado. Werle (2008) argumenta que em 1927, como desdobramento do Curso Primário, surgem as Escolas Complementares em que os alunos “se exercitariam” na atividade docente. Contudo, em 1929, a Escola Normal, reorganizada, passa a oferecer vários cursos: Complementar, Normal ou de Aperfeiçoamento.



A institucionalização da Escola Normal concretizou uma aspiração antiga dos moradores da Província de São Pedro do Rio Grande. Para Goncalves (2013), não havia uma classe média que intervisse diretamente para a efetivação da instrução pública na província e mesmo entre a elite, a formação intelectual não representava uma prioridade. O principal problema para o êxito da instrução pública centrava-se no despreparo do mestre. Ou seja, com a implantação de uma escola formadora de professores seria possível primar por uma instrução pública de qualidade.

A institucionalização da Escola Normal contribuiu para a constituição de uma cultura profissional. Para Vicentini e Lugli (2009), no Brasil, este processo deve ser entendido no âmbito da difusão, ou seja, na medida em que os cursos de formação de professores foram implantados e se consolidando, a cultura de uma prática foi sendo constituída.

A efetiva expansão para todo o território nacional das escolas destinadas a formar professores para o ensino primário ocorreu a partir da década de 1950. Época em que as escolas normais consolidaram-se como uma instituição essencialmente feminina, isso acontece em Sapiranga a partir de 1962. As escolas eram dotadas de escolas-modelo anexas, destinadas à prática pedagógica, e foram responsáveis pela profissionalização do magistério primário no Brasil.

Em Sapiranga, a mobilização para a implantação do curso Ginásial, e posteriormente, os cursos de Segundo Grau, se caracterizou pela iniciativa de diferentes setores da comunidade. Importante ressaltar que o discurso da campanha emancipacionista sinalizava “inconformidade” com o fato de “não haver ainda no município” uma instituição desta natureza.

Em relação ao Curso Normal Regional¹⁴, em 1962, um requerimento fora encaminhado pelo prefeito Helmuth Graebin ao governador do Estado, Leonel de Moura Brizola. A Folha de Sapiranga, de 15 de abril de 1962 enfatiza que o processo de petição foi endossado por “extensas exposições dos motivos e firmado por todas as autoridades executivas legislativas e outros destacados representantes da nossa comunidade. Inclusive [...]

¹⁴ O Ensino Normal de 1º Ciclo no estado, correspondente ao nível ginásial, era conhecido em Sapiranga como Curso Normal Rural, destinava-se, geralmente, àqueles professores que já exerciam docência leiga, em muitos casos, em escolas multisseriadas. Nesse sentido, o candidato realizava exame de admissão, necessitava apresentar o certificado de conclusão do Ensino Primário e a habilitação no Exame de Admissão e, após quatro anos de estudo, recebiam o diploma de Regente de Ensino Primário. Conforme Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei n. 8.350 de 1946 que normatizou o ensino normal nacionalmente instituindo três tipos de estabelecimentos, a saber: o instituto de educação, a escola normal e os cursos normais regionais. Os Cursos Normais Regionais eram considerados o Primeiro Ciclo do Ensino Normal e Secundário, com quatro séries anuais, e destinava-se a formação de regentes de ensino primário.



alunas do Ginásio Estadual”. (FOLHA DE SAPIRANGA, 1962, capa). Nesse sentido, não havia à época uma instituição pública no Vale dos Sinos que atendesse a demanda da formação de professoras. O processo de ampliação da oferta dos níveis de ensino no município foi creditado ao prefeito, e suas iniciativas favoreceu a comparação: Sapiranga estava se transformando em uma “autêntica colméia de estudantes”¹⁵. (FOLHA DE SAPIRANGA, 1962, p. 4).

Sobre o período de ampliação das escolas em Sapiranga, Renilda rememora:

“[...] surgiu esta escola do Magistério de Sapiranga. Ai eu não sei porque eu não fiz, ou eu não fiquei sabendo. Porque isso foi divulgado no Ginásios, nas escolas Ginasiais, principalmente de Sapiranga. Porque as meninas daqui de Campo Bom que terminavam o primário iam fazer o Ginásio em Sapiranga porque não tinha, aqui ainda, depois é que foi criado, o Ginásio em Campo Bom” (GERHARDT, 2015, entrevista).

Os exames de admissão ao Curso Normal aconteceram em dezembro de 1962, porém, de acordo com a professora Renilda Gerhardt (2015), no início do ano de 1963, houve um processo seletivo especial para preencher as vagas remanescentes, no mês de fevereiro. Como ela recorda, foi durante uma reunião de início de ano, conduzida pela supervisora Norma Zerwes¹⁶, da 2ª. Delegacia de Ensino do Estado, que ela ficou sabendo deste período especial.

Renilda Gerhardt era professora leiga, iniciou como professora em uma “Brizoleta”¹⁷, em 1959, na Escola Estadual La Salle, de Novo Hamburgo, no bairro Canudos; atuando como professora contratada pelo convênio entre prefeituras municipais e o Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP).

E, em 1963, no contexto da política de expansão do ensino, a supervisora das escolas estaduais, professora Norma Zerwes havia notificado a professora Renilda, sobre a prioridade que as novas contratadas, com formação do Curso Normal teriam diante daquelas professoras que apenas tinham o curso ginásial, ou eram regentes. A prioridade de atuação em escolas situadas no espaço urbano era concedida às professoras com formação mais elevada; as professoras “leigas” eram deslocadas para o espaço rural, bem como, para localidades mais

¹⁵ De acordo com relatório da prefeitura municipal, setor de educação, a matrícula de alunos no curso primário em 1961 contabilizava 1.326 alunos, assim distribuídos: 4 escolas particulares, 3 escolas públicas municipais, 1 jardim de infância, 3 convênios Serviço de Expansão Descentralizada do Ensino Primário (SEDEP), 16 escolas estaduais. E no curso secundário, havia 332 alunos matriculados. (FOLHA DE SAPIRANGA, 1962, capa).

¹⁶ A professora Norma representa uma trajetória singular no que se refere à educação nesta região, principalmente, em Campo Bom, Sapiranga, Novo Hamburgo e São Leopoldo. Detalhes sobre a trajetória desta docente pode ser conferido em Zerwes (2004),

¹⁷ Um estudo detalhado sobre as escolas “Brizoletas” pode ser conferido em Quadros (2001).



distantes nos municípios que compreendiam a região de abrangência da 2ª. Delegacia de Ensino.

De acordo com Renilda, a professora Norma lembrou que ainda havia possibilidade de realizar o vestibular para ingressar no Curso Normal, caso ela se interessasse, talvez, fosse possível que ela permanecesse na mesma escola, ou que ela ficasse em uma escola mais perto, não tão distante, como aquela que havia sido transferida em 1963. Renilda deveria assumir uma escola isolada no interior de Dois Irmãos.

A professora Renilda também trabalhava como professora no Ginásio Municipal de Campo Bom, atual Escola Estadual 31 de Janeiro. E, se transferida para Dois Irmãos, faria com que ela tivesse que abandonar a docência no ensino primário. Porém, ela rememora

“[...] a Dona Norma me deu uma chance. E eu fui a Sapiranga, eu fui atrás. Acho que era terça ou quarta-feira. Vamos dizer assim, eu peguei uma semana para arrumar a documentação toda e fazer a prova. – Bom, pode fazer. Tira xerox, tira xerox... não é como é hoje qualquer esquina todo mundo tira xerox. Naquela época não era assim. Se tu não conseguir toda documentação, tu traz o que tu consegue e vem fazer a prova. Acho que tinha umas dez, nessa segunda chamada, que eles chamavam. Passamos só duas. Eu tirei o primeiro lugar e a outra tirou o segundo. Eu não achei difícil, porque eu trabalhava com 5º ano no Lassale. Então, aquele conteúdo do Admissão, aquele “problemão”, desse tamanho. História do Brasil, conhecimentos gerais, era pouquinho mais História do Brasil, redação. E fui fazer o Magistério [suspiro]. E aí consegui uma escola lá em Sapiranga. As nossas aulas eram de tarde. Eu fui lá para escola, lá no bairro São Luís, lá perto do Rio. E à tarde eu ia pra Escola no Magistério.” (GERHARDT, 2015, entrevista).

O curso Normal iniciou suas atividades utilizando salas do prédio que abrigava os cursos: primário e ginásial, situado na rua Carlos Biehl. A professora Anabela Santos Henz (2015), lembra que nessa época, fora aluna do curso primário do “Genuíno Sampaio”. Nesse sentido, funcionava neste local, aulas no período da manhã para cinco turmas do curso primário, na parte da tarde o curso Normal de primeiro e segundo ciclo, e no período da noite também funcionava o Ginásio noturno. E, só no início da década de 1970 que outros prédios foram construídos e a Escola Estadual foi organizada pelos seus níveis de ensino.

Renilda enfatiza que a primeira turma do curso Normal era constituída de vinte e três alunas, pois, não havia alunos, “*Naquela época homem não era professor. Era só mulher!*” (GERHARDT, 2015, entrevista). Do município de Campo Bom, eram quatro alunas, ela, Liane Bauer, Ondina Schumann, hoje Burzlack, Carla Wenzel, hoje Becker.



A primeira turma formou-se no dia 13 de agosto de 1966, das vinte e três normalistas, como se observa na fotografia da figura 03, apenas dezesseis ainda vivem. Elas se reúnem anualmente e em 2016 estão programando a visita ao IEES para conversar com as alunas nas classes atuais do Normal. Ela reitera “*Ano que vem queremos fazer assim, uma visita na escola, mostrar para os alunos que aquelas que estão na parede somos nós ainda.*” (GERHARDT, 2015, entrevista).

Figura 3 – Primeira turma do Curso Normal Coronel Genuíno Sampaio - 1966



Fonte: Acervo do IEES.

Na fotografia da figura 3, ocasião da formatura da primeira turma do curso normal de 2º ciclo¹⁸, destaca-se na segunda fileira, da direita para esquerda, a professora Renilda Adi Gerhardt. A professora homenageada e paraninfa da turma foi a professora Lourdes Conceição Panatieri Lerotic, que era docente de Ensino Religioso, Filosofia e Didática.

¹⁸ Conforme documentos consultados no AMMAEL, no “Quadro demonstrativo do movimento semestral”, assinado pelo Diretor José J. Dotta, em 1967, consta, o número de formadas na primeira turma do 1º Ciclo, ou seja, Curso Normal Ginásial, para Regente, igual a vinte e duas alunas.



A primeira diretora da Escola Normal Coronel Genuíno Sampaio foi a professora Adelina Antonelli dos Santos (1963-1967) e, posteriormente, o professor José Jorge Dotta (1967-1975).

Escolano Benito (1999) acrescenta que os professores é quem são responsáveis pela manutenção e continuidade de uma “memória da corporação”, que é transmitida e recriada de geração a geração. As normalistas da primeira turma do Curso Normal do atual IEES mantêm encontro periódico para conversar sobre a educação, magistério e reforçar os “votos feitos no momento da formatura”, como argumenta Renilda. Os encontros iniciaram em 1981, ocasião dos 15 anos da data da formatura. Seguiram-se encontros de cinco em cinco anos até 2006, a partir de 2007, encontram-se anualmente.

Estes reencontros¹⁹ exigiram a organização de uma equipe que sempre realiza a recepção, que ocorre em uma cafeteria escolhida pela maioria. Como as formandas de 1966 eram de três distintos municípios, em cada ano, um grupo destes municípios se responsabiliza pela acolhida das demais. Este ano, aconteceu em Campo Bom, Renilda e as três colegas foram anfitriãs. O ritual destes encontros, conforme Renilda é regido da leitura e reflexão de um texto pedagógico, poema, mensagem, ou uma colega que é escolhida para realizar uma explanação sobre educação. Há um momento de brincadeira e descontração, bem como uma surpresa. A atividade final destina-se às recordações, às memórias, e atualização sobre o que aconteceu com as colegas no curso do último ano.

O sentido atribuído por Renilda da sua responsabilidade como professora perpassa a composição de sua identidade como sujeito. Nesse sentido, retomo aqui o argumento de Catani (1997), que destaca o modo como o conhecimento é apropriado por cada um, o modo como apropria e agrega elementos da sua formação nas práticas que desempenha cotidianamente. Caberia aqui refletir: deixa-se de ser professor/a quando nos aposentamos? Que elementos estiveram presentes na trajetória destas professoras e, que mesmo não exercendo mais a docência, mantêm interesse, desejo e curiosidade sobre educação, o ofício docente?

Sobre as práticas pedagógicas e cultura escolar desenvolvidas no curso Normal, elas recordaram que organizavam pastas para guardar e organizar recortes de jornais, de notícias,

¹⁹ A próxima etapa desta pesquisa será desdobrar estas entrevistas, investigando a manutenção da tradição docente, as aprendizagens e relações com educação desenvolvidas por este grupo de alunas da primeira turma do curso normal. Além disso, é nossa intenção identificar outros grupos que se constituíram e/ou mantêm encontros regularmente.



materiais que pudessem ser úteis no exercício docente, reunidas nas “*famosas pastas didáticas*” (HENZ, 2015, entrevista). Anabela ainda relembra do álbum seriado, dos moldes de desenhos, pois ela argumenta que não possuía muitas habilidades artísticas e as normalistas auxiliavam umas as outras, pois “[...] cada uma tinha uma habilidade [...] pegava ali um desenhinho, uma fazia os moldes de letras, tinha mais facilidade [...] outra na montagem do planejamento [...]”. (HENZ, 2015, entrevista).

Os materiais pedagógicos recorrentes são: álbum seriado, varal, quadro de pregas, entre outros, buscando compreender as práticas formativas para superar a máxima “do professor pó de giz”. A abordagem da cultura escolar material, como argumenta Escolano Benito (2007), abrange a preocupação com os usos e as formas de organização dos materiais pedagógicos, dos utensílios disponíveis para a escola naquele momento, uma época em que o conhecimento ainda compreendia o uso das enciclopédias e cabia “todo ele” em um único verbete.

Ainda sobre o álbum seriado, Henz (2015) rememora:

“Álbum seriado, colocavam tipo cartazes, mas presos e aí era folheando o livros de gigante com imagens. O quadro de pregas pra, pra frações, pra trabalhar frações, [...] pra alfabetizar no quadro de pré sílabas, famílias silábicas, enfim qualquer motivação. O flanelógrafo fixava imagens, trabalhar o ensino religioso, enfim que eu lembro assim, que fazia coletâneas em madeira outro dia botei, os cupins pegaram tudo, tudo que é tipo de madeira então nós tínhamos aquelas coleções.” (HENZ, 2015, entrevista).

Renilda e Anabela destacam que o fato de estarem no segundo grau, convivendo com outras colegas, de diferentes lugares, com distintas experiências, aprenderam muito. As duas professoras acrescentam que não existiam muitas atividades práticas, o destaque da formação para o exercício do magistério, dedicava uma significativa parte das aulas para o domínio do conhecimento teórico, de Ensino Religioso, Sociologia, Filosofia, Didática, Matemática, Literatura e Língua Portuguesa. Nesse sentido, Anabela (2015, entrevista) resume: “*Olha, foi tudo tão bom eu cresci tanto, tanto, eu posso dizer assim, eu era imatura, eu era insegura, e eu só fui me fortalecendo em termos de colegas [...]*”. A troca de experiências, os trabalhos em grupos, o compartilhar as inseguranças de quem se aventura pelo universo profissional: em estágios, com leituras teóricas e filosóficas, sente-se acolhido quando percebe que constituiu um grupo de pertencimento.



Considerações Finais

As pesquisas em História da Educação contribuem, entre outros aspectos, para se pensar os processos, as mudanças e as (des) continuidades das ações da educação em diferentes tempos. Conhecer e compreender como se constituiu uma cultura profissional na região do Vale dos Sinos, a partir das memórias de duas professoras egressas da Escola Normal, atual Estadual de Sapiranga é uma possibilidade para atualizar nossa memória sobre a figura da Normalista. A professora primária, cuja imagem encontra-se um tanto quanto borrada, diante do cenário atual da profissão docente.

Ao propor conhecer aspectos dos primeiros tempos desta importante instituição pública para esta região, considerando o fato de que ainda oferece o curso Normal, possibilita que se reflita sobre o processo histórico que conferiu uma identidade associando aspectos singulares de uma instituição que se mostrou comprometida com uma formação rigorosa e de qualidade, aos elementos idiossincráticos de cada sujeito que construiu sua trajetória formativa neste educandário.

Escolano Benito (1999, p. 16) endossa nossa reflexão quando argumenta sobre o modo como se compõe uma identidade cultural, as identidades de pertencimento

“[...] la identidad de la profesión [...] se reconstruiría en cada etapa histórico-social mediante una especie de transacción entre las tradiciones recibidas y las estrategias que las instituciones y los individuos desarrollan al recrearla. La apropiación histórica, se complementaría así con las pautas de cambio que cada generación incorpora. La genética de estos procesos puede incluso llegar a configurar toda una normatividad acerca de la profesión docente [...]” (ESCOLANO BENITO, 1999, p. 16).

A formação profissional do professor implica concebê-lo como reponsável pelas suas escolhas, como ator do protagonismo de uma trajetória construída diante das relações com os diferentes contextos que atua. Nesse sentido, o conhecimento prático pedagógico e a cultura docente eram mediados pelos colegas que já haviam se apropriado do conhecimento do magistério, como é o caso da professora Renilda, que já atuava desde 1959, contratada do SEDEP, bem como, pela experiência diferente que recorda Anabela, por ser jovem e insegura, aprendia com aquelas colegas que já acumulavam alguma experiência. Desse modo, a cultura profissional é considerada um processo multifacetado, fortemente estruturado pelas relações estabelecidas entre os sujeitos escolares. E analisá-las contribui para se compreender como as



Culturas Escolares foram produzidas em um processo que mesclou novas e velhas práticas que, entrecruzadas, produziram uma cultura profissional.

Referências

AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral.** *História*, São Paulo, SP, n. 14, p. 125-136, 1995. (Projeto História).

_____.; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral.** 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BRASIL. **Lei nº 5692/71, 11 de agosto de 1971.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília - D.F., 1971.

_____. **Lei nº 4024/61, de 20 de dezembro de 1961.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília - D.F., 1961.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Normal. Decreto-Lei N. 8.530 de 2 janeiro de 1946.** Disponível em: < <http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm> >. Acesso em: 14 mar. 2016.

CATANI, Denise Bárbara et al. **Docência, memória e gênero.** São Paulo, Escrituras, 1997.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011a.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes, Revisão técnica de Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011c.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade.** São Leopoldo: Sinodal, 1984.

ERRANTE, Antoniette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da educação**, ASPHE/Fa/UFPEL, Pelotas: ASPHE, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30143/0>>. Acesso em: 12 fev. 2014.



ESCOLANO BENITO, Augustin. Los profesores em la historia. In: MAGALHÃES, Justino; ESCOLANO BENITO, Augustin. **Os professores na história**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1999. p. 15-27.

ESCOLANO BENITO, Augustín. La cultura material de la escuela. In: BENITO, Augustín Escolano (Ed.). **La cultura material de la escuela**. Em el centenario de la junta para la ampliación de estudios, 1907-2007. Soria, ES: Berlanga de Duero, 2007. p. 15-28.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: EDUSP, 2009.
FLECK, Lúcio. **A saga do vale**: história da imigração alemã no Vale do Rio dos Sinos.,Sapiranga: [s.n.], 2001. 2 v.

FERNANDES, Dóris Rejane. Estadual: a escola que nasceu da vontade popular. 50 anos de Sapiranga. **JS Especial. Jornal O Fato do Vale**, Sapiranga, Fev. 2005.

_____. **Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos**. Tese [Doutorado em História] – Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, 2003.

GEVEHR, Daniel Luciano. Deutsche Evangelische Vereinsschule Sapyranga e Genuíno Sampaio: lugares de memória e espaços de formação entre a germanidade e a brasilidade no sul do Brasil. **Revista História UNICAP**. Pernambuco, PE, v. 2, nº 4, jul./dez. 2015, p.12-26.

GONÇALVES, Dilza Porto. **A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

INSTITUTO ESTADUAL CORONEL GENUÍNO SAMPAIO. **História da escola**. Blog oficial do I. E. Cel. Genuíno Sampaio. Sapiranga, 5 de jun. 2011. Disponível em: < <http://iegenunosampaio.blogspot.com.br/2011/07/historia-da-escola.html> > Acesso em: 24 jan. 2015.

MACHADO, Maria Lúcia Büher. Formação profissional e modernização no Brasil (1930 A 1960): uma análise à luz das reflexões teórico-metodológicas de LucieTanguy. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 97-114, jan.-mar. 2012.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. 10. ed. São Paulo: Educ, 1993.



PINTASSILGO, Joaquim. O mestre como artesão/prático e como intelectual. In: MAGALHÃES, Justino; BENITO, Augustin Escolano. **Os professores na história**. Porto, PT: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1999. p. 83-99.

QUADROS, Claudemir de. **Brizoletas**: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). Teias, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001, p. 1-12;

RAMOS, Marise Nogueira. O ensino médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.) **História e memórias da educação no Brasil**, vol. 3: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 229-243.

SCHNEIDER, Regina Portella. A instrução pública no Rio Grande do Sul. 1770-1889. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, José Edimar de. **Trajetórias de professores de classes multisseriadas**: memórias do Ensino Rural em Novo Hamburgo/RS (1940 a 2009). 2011. 344 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNISINOS, São Leopoldo.

STEPHANOU, Maria. Nem uma coisa, nem outra ou nenhuma. Re invenções e reminiscências escolares. A modo de prefácio. In: FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Tempos de escola** – Memórias (Org.) São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011, p. 11-16.

TAMBARA, Elomar. Escolas formadoras de professores de séries iniciais no Rio Grande do Sul. Notas introdutórias. In: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (Org.). **Instituições Formadoras de Professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas: UFPel, 2008. p. 13-39.

TEIVE, Gladys Mary Ghizone; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da república**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: contexto e funcionamento. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional**: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Unijuí, 2007, p. 155-196.

_____. Colégio Sévigné e o Curso Complementar. In: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (Org.). **Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas: UFPel ,V.2, 2008, p. 159-192.

ZERWES, Norma. **Lembranças de um percurso de vida**. Campo Bom: Papuesta, 2004.

Fontes



Arquivo do Museu Municipal Adolfo Evaldo Lindenmeyer (AMMAEL)

Jornais

JORNAL JS. **Estadual reinicia ano com alunos excedentes.** 12 de março de 1996, p. 6.

O FERRABRAZ, **Ginásio em Sapiranga.** 16 de março de 1956, p.4.

FOLHA DE SAPIRANGA. **Escola Normal também de 2º Ciclo.** 08 de novembro de 1962, p.4.

FOLHA DE SAPIRANGA. **Sapiranga reclama uma Escola Normal.** 15 de abril de 1962, capa.

Arquivo do Instituto de Educação Estadual Sapiranga (AIEES)

FOTOGRAFIAS. Pasta com fotografias da história do IEES no seu cinquentenário.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Portaria 00107, de 14 de abril de 2000. Denominação e Autorizada do Instituto de Educação Estadual Sapiranga.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO. Parecer Conselho Estadual de Educação S10/76, de 27 de dezembro de 1976.

Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Sapiranga Edwin Kuwer (ABPMSEK)

FERNANDES, Dóris Rejane. **Características físicas de Sapiranga**, SEMEC, Sapiranga, RS, [digitado], 1999.

SAPIRANGA. Prefeitura Municipal de Sapiranga. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Projeto Reconstruindo nossa história.** [diversas pastas], 2001.

Fontes orais

GERHARDT, Renilda Adi [75 anos]. [ago.2015]. Entrevistador: José Edimar de Souza, Campo Bom, 14 ago. 2015.

HENZ, Anabela Santos [61 anos]. [ago.2015]. Entrevistador: José Edimar de Souza, Sapiranga, 05 ago. 2015.

Recebido em: 15 de março de 2016
Aprovado em: 01 de dezembro de 2016